


Uma análise do Movimento Independentista Partidário na Escócia durante e Pós-Brexit (2015-2021)

Matheus Fernandes de Paiva Pereira *

Universidade Potiguar – UnP

*Autor correspondente. Email: fernandesmath@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central compreender as motivações relacionadas ao movimento partidário independentista na Escócia durante e pós-BREXIT. Buscou-se responder à pergunta: “de que forma as questões motivadoras do sentimento independentista escocês durante o e pós-BREXIT apontadas pela literatura estão de acordo com os manifestos dos partidos pró-independência na nação?”. Os resultados centrais do estudo apontaram para uma harmonia entre o principal indicador apontado no debate acadêmico e as pautas dos principais partidos pró-independência na nação, estabelecendo o indicador “Autodeterminação” como fator central nessa análise.

Palavras-chaves: Autodeterminação, BREXIT, Escócia, Independência.

1. Introdução

Os anos 2010 trouxeram para o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (RU) momentos desafiadores no que se refere à integridade regional e territorial. Em 2014 realizou-se o primeiro referendo de independência na Escócia, acirrando ainda mais as disputas entre escoceses e britânicos, e o processo de saída do RU da União Europeia (UE), o chamado BREXIT¹, que ocorreu no ano de 2016. Esses eventos reacenderam movimentações de cunho independentista para um desmembramento do Estado, sobretudo insurgências políticas e nacionalistas por parte dos escoceses.

Levando em consideração a importância do BREXIT como fenômeno precedente no que diz respeito à saída de um Estado-membro da União Europeia, e considerando os desdobramentos dos impactos políticos e econômicos de uma Escócia independente

1. O termo BREXIT foi primeiro proferido oito meses antes do então primeiro-ministro britânico, David Cameron, declarar que iria propor um referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. O escritor Peter Wilding é descrito como o idealizador do termo, no qual BREXIT é a junção de duas palavras em inglês: *British* e *exit* - algo como saída britânica (neste caso a saída do país do bloco europeu) (Moseley 2016).

e a sua possível tentativa de reingresso na EU; esse trabalho objetiva compreender as causas do movimento partidário independentista escocês durante e pós-BREXIT (no período de 2015 a 2021). O presente artigo visa responder a seguinte pergunta: de que forma as questões motivadoras do sentimento independentista escocês apontadas pela literatura estão de acordo com as pautas do movimento partidário pró-independência na nação²?

O BREXIT potencializou a instabilidade política nas relações entre a Escócia e o governo central britânico devido aos impactos econômicos e comerciais gerados pela saída do Reino Unido da UE. Esses impactos influenciaram os movimentos independentistas na Escócia promovendo a consolidação de um governo de maioria pró-independência no Parlamento escocês nos últimos anos e o desejo de um novo referendo de independência. A hipótese inicial considera-se que, assim como abordado por teóricos especialistas no tema (como por exemplo: McCorkindale e McHarg (2021); Rohrer, Gilley e Price (2020); Swan e Cetrà (2021)), a questão da autodeterminação se faz presente nas manifestações relacionadas ao movimento partidário independentista escocês defendidos pelos seguintes partidos: o Partido Nacional Escocês (SNP, do original *Scottish National Party*) e o Partido Verde Escocês (SGP, do original *Scottish Green Party*), sendo eles corroborados por uma parcela populacional significativa pró-independência.

A presente pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa, indutiva e descritiva, tendo como estratégia de pesquisa o método monográfico (estudo de caso). Como ferramenta metodológica será utilizada a revisão de literatura e a análise de conteúdo. O objetivo geral do trabalho é compreender as motivações relacionadas ao movimento independentista partidário escocês durante e pós-BREXIT. Ademais, alguns objetivos específicos foram estabelecidos, sendo eles: identificar indicadores do movimento independentista escocês durante e após a concretização do BREXIT com base na revisão de literatura; e verificar a presença dos indicadores apontados no debate acadêmico nos discursos dos partidos pró-independência da Escócia.

A estrutura do artigo divide-se em quatro partes principais: a primeira consiste na apresentação da contextualização histórica sobre a problemática, abordando o movimento independentista na Escócia; a segunda parte dedica-se à exploração do debate acadêmico; a terceira parte indica a metodologia escolhida para elaboração da pesquisa; e a quarta parte compreende a análise de resultados do trabalho considerando os procedimentos metodológicos apontados.

2. O movimento independentista na Escócia

A Escócia foi incorporada ao Reino Unido em 1707 através do Tratado de União. Não houve, contudo, qualquer esforço por parte do governo central britânico durante aquele período em impor uma uniformidade de uma identidade nacional no Reino Unido. Não se tinha como projeto de nação erradicar as instituições escocesas, apenas destituir o parlamento local. Durante esse processo, a nação se posicionava em prol da integração com o Reino Unido e os esforços eram aplicados na preservação dessa

2. No presente trabalho entende-se por nação “um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* — e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional” (Bobbio, Matteucci e Pasquino 1998).

união (Dardanelli e Mitchell 2014).

A ideia de um Escócia pró-união se tornou instável a partir do início do século XX, período no qual dois fatores passaram a influenciar o crescimento da ideia de *Scottish control of Scottish affairs* (em tradução livre: Escócia para os escoceses): a mudança da natureza do governo, com o estabelecimento de um Estado de bem-estar social intervencionista; e o seu processo de democratização (Dardanelli e Mitchell 2014). Essa noção passou a ser amplamente discutida e apresentada à imprensa em 1920 pela Liga Nacional Escocesa (LNE). Uma matéria que ficou famosa durante esse período foi a *Some Arguments for Scottish Independence* (em tradução livre: Alguns argumentos para a independência escocesa) do colunista William Gilles que foi publicada pela LNE. Em sua matéria, Gilles apresentou o que agora rotula-se como “nacionalismo antigo” e argumentou que os escoceses esqueceram de que antes de 1707 eles foram uma Estado independente e soberano durante séculos. Além disso, o colunista afirmava com veemência que os ingleses tinham tendências imperialistas, que adicionavam dívidas à Escócia e que a imigração inglesa para a nação prejudicava todo tecido da nacionalidade escocesa (Spring 2020).

A instabilidade do movimento pró-união intensificou-se entre o início da década de 1930 até o ano de 1948. Durante esse período, muitos debates sobre a forma do nacionalismo escocês tornaram-se mais recorrentes, assim como a popularidade de um movimento nacionalista escocês com raízes culturais firmadas no romantismo gaélico. Nesse contexto, alguns grupos passaram a se organizar em pequenos movimentos sociais e políticos dando espaço para criação de novos partidos e ideologias (Spring 2020).

Foi então que, em 1934, o Partido Nacional Escocês (SNP) foi fundado com o objetivo de defender as demandas sociais por maior autonomia das instituições escocesas. Durante a segunda metade do século XX, o partido advogou em prol da consolidação de uma identidade nacional escocesa, da ideia de uma Escócia internacionalista pró-europeia e de inspiração nos modelos econômicos dos países escandinavos (Spring 2020).

Em meados dos anos 1970, outro partido fundamentado na busca por controle local e por uma democracia direta passou a atuar no cenário político escocês, o *Scottish Green Party* (inicialmente nomeado de *People Party*). O SGP passou a almejar e a defender durante o início de sua trajetória até o presente momento, a propagação de políticas mais verdes e o desenvolvimento de uma sociedade mais forte e com uma economia autossuficiente, baseando-se em uma justiça ambiental, social e econômica (Party 2021).

Com o decorrer do tempo e o crescimento do apoio populacional ao SNP e ao SGP (Spring 2020), além das declarações dos seus ideais nacionalistas através da divulgação de manifestos e conferências políticas anuais, esses partidos introduziram-se e consolidaram-se como um movimento partidário pró-independência.

O Parlamento escocês, conhecido como Holyrood, teve sua criação ratificada com o Ato Escocês de 1998 – por meio do qual, com a autonomia legislativa, o Estado escocês passou a legislar suas questões internas independente do aval do governo central do RU (Beary 2011). Com o estabelecimento da nova casa legislativa, as primeiras eleições foram convocadas para 1999. Posteriormente, foi estabelecido o Acordo de

Edimburgo de 2012 - uma emenda ao Ato Escocês de 1998 no qual as bases para a convocação de futuros referendos, com foco na independência escocesa, só seriam levados à população com a concordância do governo escocês e do governo britânico (McCorkindale e McHarg 2021).

Após diversas iniciativas em prol da conquista de maior autonomia para a nação, em setembro de 2014, Holyrood (composto majoritariamente por integrantes do SNP) e com a anuência do governo central britânico convocou um plebiscito para que o povo escocês respondesse a seguinte pergunta: "*Should Scotland be an independent country?*" (em tradução livre: "Deveria a Escócia ser um país independente?"); na qual os cidadãos poderiam responder sim ou não. O "não" venceu com maioria dos votos (55,3%) tendo como principais argumentos a manutenção da libra e a permanência no bloco europeu. É importante salientar que o Reino Unido argumentava que, se os escoceses votassem pela independência, o país usaria seu poder de veto com o intuito de dificultar a entrada escocesa na União Europeia posteriormente (Antunes 2015).

3. O debate acadêmico

A partir de 2016 o debate acadêmico sobre o movimento independentista na Escócia avolumou-se devido ao resultado do referendo do BREXIT. A evidente insatisfação da Escócia com esse processo se estabeleceu como um ponto de inflexão para a intensificação dos estudos sobre o crescimento da força dos grupos independentistas, sobretudo a posição do SNP como líder deste movimento e a possível secessão do Reino Unido. Os debates acadêmicos em torno da busca por um segundo referendo de independência e das prospecções para uma Escócia independente tiveram sua ascensão a partir do Referendo de Independência de 2014. O auge dos debates ocorreu após o resultado do referendo do BREXIT, no qual as discussões se concentraram nas opções legais para uma independência escocesa e sobre a sua possível adesão e aceitação na UE.

Contudo, após a consolidação do BREXIT no início de 2021, outros fatores passaram a ser considerados nas análises desse contexto, principalmente os que estão relacionados à imigração, ao nacionalismo e ao sentimento de conexão do povo escocês a uma identidade europeia. O debate público, em comparação, tem um escopo mais limitado e é mais simplificado que o debate acadêmico, se concentrando nos aspectos referentes à insatisfação popular com o governo central do RU (Stakelum 2020).

Através da revisão de literatura foi possível identificar três principais abordagens relacionadas aos estudos das raízes e da intensificação do movimento independentista escocês durante e após o BREXIT e do processo de busca por independência do Reino Unido: a primeira com foco na autodeterminação, a segunda voltada para as questões de identidade nacional e sentimento de não pertencimento ao Reino Unido; e a terceira direcionada para as variáveis legais e econômicas relacionadas ao processo de independência.

O princípio da autodeterminação, identificado com frequência no debate acadêmico, configura-se como estrutura basilar do direito internacional, sendo um dos problemas de sua aplicação prática a colisão com o princípio da integridade territorial. O aspecto interno deste indicador necessita evidenciar que é referido o direito de um povo determinar seu próprio regime econômico e político - considerando as relações diplomáticas entre os Estados e as demais representações governamentais (Biazi 2015).

No que diz respeito ao reconhecimento internacional, o Estado que busca sua soberania pela autodeterminação, deve realizar este processo através de atos constitucionais e legais. Dito isto, a manifestação externa, ou seja, a determinação do status internacional do território, será compreendida pela comunidade internacional como valor universal para o reconhecimento do Estado independente (Biazi 2015).

Com o intuito de condensar as principais obras do debate acadêmico foram selecionados alguns dos autores que se destacaram ao tratar das três abordagens apresentadas. Embora condensadas, as análises e os indicadores apresentados pelos autores nos estudos desse tema são caracterizados por diferentes focos que podem ser analisados através do Tabela 1 a seguir:

Outros estudos como os de Vidmar (2018), Gawlewicz (2020), Pietka-Nykaza, Leith e Clark (2020), Clarke, Goodwin e Whiteley (2017), McCollum (2020) e Stakelum (2020) são relevantes para aprofundar as análises dos estudos sobre as raízes do movimento independentista escocês e os impactos do BREXIT na busca por um segundo referendo de independência.

Conforme a ordem apresentada na Tabela 1, o trabalho de Rohrer, Gilley e Price (2020) é um excelente ponto de partida para iniciar os estudos sobre o debate acadêmico dessa literatura. Em seu artigo eles apontam que a autodeterminação escocesa é um valor fundamental na busca pela soberania nacional através de um referendo de independência. Os autores argumentam que há interesses conflitantes entre o povo escocês e o governo central britânico, como a presença de bases militares e de armas nucleares no território escocês. O surgimento destes elementos internacionais, por vezes transnacionais, representa uma oportunidade para pequenos Estados-nação declararem independência, desde que de forma pacífica e seguindo o rito constitucional. O avanço de políticas econômicas liberais e do sistema interestatal, além do resgate da facilidade de integração aos Estados-membros da UE, encorajou potenciais novos referendos separatistas na Escócia (Rohrer, Gilley e Price 2020).

Seguindo uma direção semelhante às ideias apresentadas por Rohrer, Gilley e Price, Coree Brown Swan e Daniel Cetrà apontam que a autodeterminação é o fator determinante do processo de busca por independência (Swan e Cetrà 2021). O objetivo do artigo de Swan e Cetrà (2021) é apresentar como os referendos catalão e quebequense foram realizados, quais foram as respostas dos Estados às exigências baseadas na autodeterminação e quais os resultados provenientes dessa experiência.

Swan e Cetrà (2021) apontam que essas experiências semelhantes de autodeterminação de nações sub estatais oferecem três importantes perspectivas e lições para a Escócia em sua discussão sobre o seu futuro constitucional pós-BREXIT: a primeira envolve o entendimento das diferenças entre referendos sancionados pelo Estado, referendos geridos pelo Estado e referendos propostos pelo Estado, no qual aponta-se para as dificuldades em se exercer a autodeterminação sem a anuência do governo central britânico; a segunda aponta para as divisões e os debates internos que foram exacerbados pelas campanhas de referendo, levando a uma divisão dos movimentos nacionalistas na nação e exigindo do SNP uma proatividade em sua abordagem em prol da independência; e a terceira destaca a interdependência e um cenário de uma Escócia independente em busca da UE como uma estrutura de apoio na arena internacional (Swan e Cetrà 2021).

Tabela 1. Debate Acadêmico

Autor (Ano)	Foco	Indicador
Sam Rohrer, James Gilley e Nathan Price (2020)	Interesses conflitantes entre o povo escocês e o governo central britânico.	Autodeterminação.
Coree Brown Swan e Daniel Cetrà (2021)	Lições para a Escócia em sua busca por um segundo referendo de independência com base nas experiências do Quebec e da Catalunha.	Autodeterminação.
Chris McCorkindale e Aileen McHarg (2021)	Busca por uma independência escocesa a partir de processos que validam a sua legalidade.	Autodeterminação. Déficit democrático.
Kirsty Hughes (2021)	Alternativas econômicas para uma Escócia independente e aliada à União Europeia.	Ganhos no âmbito econômico a partir de preceitos liberais e dos ideais do multilateralismo de livre mercado por parte da União Europeia.
Daniela Sime (2020)	Análise dos processos de sentimento de pertencimento para o fortalecimento da identidade nacional escocesa no contexto do BREXIT.	Sentimento de não pertencimento ao Reino Unido. O BREXIT como um acréscimo à lista de perturbações nos projetos de vida dos cidadãos escoceses.
Michael Rosie e Nasar Meer (2021)	Perspectivas de independência escocesa baseadas na compreensão das identidades nacionais na Escócia.	Identidade Nacional.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraído de Rohrer, Gilley e Price (2020), Swan e Cetrà (2021), McCorkindale e McHarg (2021), Hughes (2021), Sime (2020) e Rosie e Meer (2021).

Assim como Hughes (2021), os autores asseveram que a economia também desempenha um papel central nos debates sobre a independência. De acordo com eles, qualquer debate sobre um futuro constitucional para a Escócia deve levar em consideração as estreitas relações com as consequências econômicas do BREXIT. Para eles, esse evento pode tornar os argumentos a favor da independência escocesa mais convincente (Swan e Cetrà 2021).

Dando continuidade à discussão sobre essa abordagem, McCorkindale e McHarg (2021) argumentam que o elemento de autodeterminação é o aspecto pelo qual os escoceses possuem um direito soberano de decidir sobre seu futuro constitucional. Portanto, o Acordo de Edimburgo de 2012 deve ser novamente acionado para a realização de um segundo referendo de independência, visto que o processo do BREXIT alterou alguns fatores dentro da Escócia. Um desses fatores que é apresentado pelos autores como o principal argumento por parte do SNP para a realização de uma nova consulta ao povo escocês sobre a secessão é o déficit democrático na Escócia; que aumentou após a ratificação da saída do Reino Unido do bloco europeu (McCorkindale e McHarg 2021).

Coloca-se então em debate os processos constitucionais para a realização de um referendo sobre independência na Escócia. Os autores apontam que um país só se torna independente com a anuência do “Estado paterno” ou através de uma decisão unilateral – o que seria mais difícil de se alcançar, pois o ato deveria ser reconhecido pela comunidade internacional e pela União Europeia. Constitucionalmente, a Escócia só será reconhecida como um país soberano com a anuência do Parlamento britânico, tal como o seu processo de convocação de um segundo referendo (McCorkindale e McHarg 2021).

Propondo uma análise diferente dos demais autores até então apresentados, Kirsty Hughes (2021) traz para a literatura uma abordagem sobre a questão da independência escocesa e disserta sobre como os temas relacionados à economia podem influenciar uma saída da Escócia do Reino Unido e uma aproximação com a UE (mesmo que não entre efetivamente no bloco). Uma Escócia independente dificilmente teria os chamados *outputs* que o RU detinha quando fazia parte do bloco europeu, como: descontos nas despesas, a não utilização do Euro como moeda e o não pertencimento ao Espaço Schengen³. Dentre os autores analisados, Hughes (2021) é uma das poucas que traz essas perspectivas do campo econômico para sua análise. A autora tem como fundamentação o cenário da economia política internacional para apresentar caminhos num contexto de independência escocesa.

Hughes (2021) discute que apesar de possíveis perdas no mercado com o RU, a Escócia se beneficiaria de investimentos estrangeiros por parte da UE. Assim sendo, o país poderia seguir o caminho de outros países europeus que possuem estreitas relações com Bruxelas e não necessariamente fazem parte do bloco. Noruega, Liechtenstein e Islândia fazem parte do Espaço Econômico Europeu (EEE)⁴ com leis e regulações do mercado europeu, mas estão fora da UE. Todo Estado-membro precisa fazer parte do EEE, mas nem todo Estado do EEE está na UE. Isto posto, a Escócia poderia

3. O Espaço Schengen é um tratado que garante a liberdade de circulação num território que engloba 27 países europeus (União Europeia 2021).

4. O Espaço Econômico Europeu visa alargar o mercado interno da UE aos países da Zona Europeia de Comércio Livre (López e Raktelyte 2021).

se favorecer de ser parte do Espaço Econômico Europeu. Isso daria à nação acesso direto ao mercado da UE, mas garantindo a soberania escocesa em tópicos de pesca, agricultura e política monetária. Assim sendo, a Escócia seria um independente Estado costeiro sem precisar se juntar ao Euro (Hughes 2021).

Em contrapartida aos indicadores dos autores até então mencionados, Sime (2020) apresenta os aspectos de identidade nacional como determinantes para a ascensão do processo de busca por independência. Ela exprime a ideia de que o sentimento de não pertencimento ao Reino Unido e a posição do BREXIT como mais um acréscimo à lista de perturbações nos projetos de vida dos cidadãos escoceses colocam-se como propulsores dos movimentos independentistas na nação.

Sime (2020) realizou em seu trabalho uma pesquisa com jovens imigrantes escoceses entre 12 e 18 anos para analisar o sentimento da juventude sobre a sua identidade nacional e em como sua sensação de pertencimento foi influenciada pelo BREXIT. Nos resultados de sua pesquisa é possível identificar a intensidade das experiências de racismo, xenofobia e intimidação que os jovens imigrantes mencionaram em suas respostas, o que diminuía a sua satisfação com a sua vida no Reino Unido. Ela aponta que no contexto do BREXIT, a percepção de uma identidade europeia mais inclusiva e o atuais discursos anti-imigração do RU foram cardeais para os debates sobre a identidade nacional escocesa e seu nacionalismo pró-europeu e pró-imigração; e as experiências cotidianas de marginalização dos imigrantes.

Rosie e Meer (2021) aprofundam os debates propostos por Sime (2020) apresentando através de uma pesquisa quali-quantitativa a relação entre o interesse de independência e a compreensão da identidade nacional do povo escocês. Os autores indicam que o caráter das identidades nacionais na Escócia contemporânea atraiu bastante atenção da comunidade acadêmica nos últimos anos. Eles apontam que esse caráter é um plano de fundo fundamental para se compreender a questão da independência escocesa (Rosie e Meer 2021).

Os resultados iniciais da pesquisa mostraram que as pessoas na Escócia se sentiam simultaneamente escocesas e britânicas. Foi possível observar que nos últimos 20 anos essa questão da identidade foi consistente e que o rápido crescimento do movimento pró-independência não parece ter moldado ou influenciado esses resultados, mas que pode ter sido moldado por ela. Rosie e Meer (2021) argumentam que apesar do apoio à independência ter a identidade escocesa no seu cerne, isso não necessariamente significa que a parcela da população que se identifica como britânico não apoia a independência do país. Nesse contexto, para que um segundo referendo seja alcançado, o movimento pró-independência deve manter esse foco na identidade nacional escocesa e não britânica (Rosie e Meer 2021).

Rosie e Meer (2021) afirmam que o BREXIT tornou a perspectiva da independência mais provável; e as direções xenófobas e de exclusão da política migratória britânica pode ajudar o movimento pró-independência na Escócia a ganhar o apoio das comunidades minoritárias e da parte da população que votou pela saída do RU no referendo de 2014. Embora o indicador das identidades nacionais seja eficiente em seu apoio a compreender as complexidades relacionadas ao apoio popular à independência, elas são por si só profundamente complexas e precisam ser analisadas levando em consideração os demais fatores existentes nesse contexto.

Levando em consideração os indicadores que influenciam e estão relacionados ao movimento independentista na Escócia durante e pós BREXIT, o presente trabalho se propõe a analisar na prática a presença do indicador autodeterminação nas pautas pró-independência na Escócia. Esse indicador foi selecionado a partir da avaliação de sua maior incidência no debate acadêmico. A intenção é avaliar o quanto esse indicador está presente nas discussões parlamentares e nos manifestos dos partidos pró-independência (*Scottish National Party* e *Scottish Green Party*) a fim de verificar se a literatura representa as pautas do movimento partidário pró-independência.

4. Discussões metodológicas

A presente pesquisa foi apresentada através do método de abordagem indutivo, tendo como método de procedimento o tipo de estudo monográfico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em seu desenvolvimento e de caráter exploratório quanto aos seus objetivos. Optou-se pela utilização do estudo de caso de tipo interpretativo que, conforme apresentado por Henriques, Leite e Teixeira (2015), utiliza-se de um quadro teórico para fornecer explicações sobre um caso específico, podendo gerar avaliações e aperfeiçoamentos às teorias apresentadas.

Acerca das técnicas de coleta de dados foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica subsidiou a construção do aparato teórico-conceitual com vistas a sustentar as análises empreendidas. Na perspectiva empírica, a pesquisa documental foi a técnica central de coleta de dados.

Durante a fase inicial do processo de escolha dos documentos que iriam compor o acervo para análise e o desenvolvimento dos resultados foram identificadas algumas insuficiências no tocante à quantidade de materiais presentes nas fontes primárias selecionadas. A primeira opção de fonte foram as discussões ocorridas no Parlamento escocês durante o período de 2015-2021. No entanto, após uma pesquisa prévia, observou-se uma quantidade escassa de vídeos e documentos oficiais dos debates no plenário no site oficial do Parlamento escocês. Buscaram-se fontes oficiais alternativas, como o site oficial do governo escocês e do governo central britânico; no entanto não foram encontrados resultados satisfatórios.

Logo, considerando essas exiguidades, outra fonte passou a integrar o escopo da pesquisa documental para atingir os objetivos elencados: manifestos anuais emitidos pelo *Scottish National Party* e pelo *Scottish Green Party* a partir do ano de 2015 até o ano de 2021.

Toda essa documentação que compõe o corpus da pesquisa foi acessada através dos portais oficiais na internet das instituições responsáveis por sua gestão e divulgação. Após seleção prévia dos materiais foi observada a ausência de manifestos de ambos os partidos (*Scottish National Party* e *Scottish Green Party*) no ano de 2018 devido à não realização de eleições e no ano de 2020 devido à pandemia do COVID-19.

No contexto do presente estudo ele foi utilizado análise de conteúdo como suporte para analisar se o indicador “autodeterminação”, que foi previamente selecionado com base no quadro teórico da revisão de literatura, se relaciona na prática com as variáveis apontadas nas pautas independentistas apresentadas na Escócia levando em consideração as influências do fenômeno do BREXIT.

A análise de conteúdo aplicada à presente pesquisa considerou as etapas e recomen-

dações de Bardin (2011) para a sua realização. Segundo a autora, a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin 2011, p. 53).

Bardin (2011) também aponta que a análise de conteúdo é composta por três fases: a primeira é a organização, que consiste na fase de pré-análise; a segunda é a codificação, que concerne a exploração do material selecionado; e a terceira é a fase de categorização, o tratamento dos resultados por meio de inferência.

Com base nos indicadores selecionados a partir do quadro teórico estabelecido na revisão de literatura e com o apoio da análise de conteúdo, determinou-se categorias e variáveis para análise ajustadas aos objetivos de modo a atingir plenamente a proposta da pesquisa.

As palavras-chave apresentadas na ?? foram utilizadas para análise do indicador apontado e foram selecionadas pelos autores do trabalho com base no aparato teórico e nas definições e associações apresentadas no marco teórico que embasa o presente estudo.

Vale ressaltar que o presente trabalho utilizou um cálculo de quantificação de palavras para mensurar a validade das palavras-chaves que se baseou na frequência total de cada palavra e seus termos associados. Em suma, o presente trabalho focou na experimentação da aplicabilidade do debate acadêmico à prática através da análise de manifestos dos partidos em prol da independência.

Foi utilizado o software IRAMUTEQ na versão 0.7 *alpha 2* com o apoio do *software R 3.5.1* para realização da análise textual e posterior codificação dos dados em tabelas e gráficos. O IRAMUTEQ é um software gratuito e de acesso aberto para análise de dados qualitativa. Ele foi desenvolvido por Pierre Ratinaud e foi licenciado pela *GNU General Public License* (versão 2) que permite que ele consiga elaborar análises estatísticas sobre *corpus* textuais. O programa utiliza-se da linguagem de programação *Python* e funciona ancorado no *software R*, que consiste em um espaço para utilização de softwares livres para computação estatística e desenvolvimento de gráficos (Camargo e Justo 2013).

5. Análise de resultados

O *software* proporcionou diversas estatísticas do *corpus* textual, tais como: número de textos (10), número de ocorrências (177.324), frequência total de cada forma textual (7.439), número de *hapax* (3.005), entre outros. Além disso, forneceu a opção de escolha da variável categorial em função da qual desejava-se realizar a análise, baseada na classificação gramatical. Levando em consideração as palavras-chave associadas ao indicador Autodeterminação (Tabela 2) optou-se pela análise com base na frequência de classes gramaticais de forma ativa e foi observado na Figura 1:

A Figura 1 apresenta os resultados da frequência das palavras-chave previamente selecionadas com base nas indicações dos autores explorados na revisão de literatura. É possível observar que ocorreu uma insuficiência de resultados e uma desproporcionalidade da quantidade de palavras encontradas, haja vista a expectativa gerada através da

Tabela 2. Palavras-chave associadas ao indicador Autodeterminação^a

Indicador	Palavras-chave	
Autodeterminação	Autonomy	Self-interest
	Free to make its own decisions	Self-governance
	Legitimacy	Self-government
	Nationhood	Self-rule
	Natural rights	Self-sufficiency
	Right to decide	Separation
	Scottishness	Sovereign
	Self-administration	Sovereignty
	Self-Determination	Statehood
	Self-identification	Take back control

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraído de Rohrer, Gilley e Price (2020), Swan e Cetrà (2021), McCorkindale e McHarg (2021), Hughes (2021), Sime (2020) e Rosie e Meer (2021)

a. Os termos estão apresentados no idioma inglês pois a literatura e os documentos que foram analisados encontram-se nesse idioma.

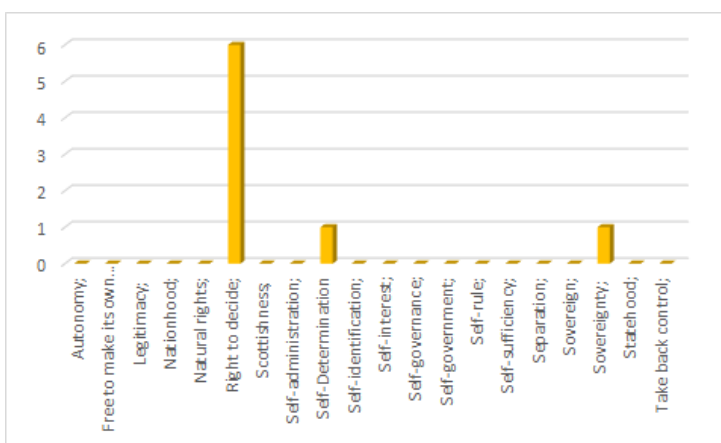


Figura 1. Frequência das Palavras-Chave de Autodeterminação.

Fonte: Resultados da pesquisa, 2021.

frequência de menções do indicador “autodeterminação” e dos termos associados à questão das motivações atreladas ao movimento independentista escocês.

A palavra-chave *right to decide* foi a palavra com o maior resultado de frequência na pesquisa, estando presente seis vezes no total: três delas no manifesto do SNP de 2021, duas vezes no manifesto do SNP de 2019 e uma vez no manifesto de 2017 do SNP. Nessas aparições, a palavra-chave está, na maioria das vezes, atrelada a frases que apontam para o direito do povo escocês de decidir o próprio futuro. Como por exemplo, no manifesto de 2019, em que Nicola Sturgeon, primeira-ministra escocesa, aponta que:

Portanto, nesta eleição, há uma escolha para a Escócia: ou um Westminster caótico e obcecado pelo BREXIT e que poderia decidir nosso futuro por nós, ou podemos exigir nosso direito, como país, de decidir nosso próprio futuro. É hora de colocar o futuro da Escócia nas mãos da Escócia (SNP 2015, p.2, tradução nossa).

Já as palavras-chave *self-determination* e *sovereignty* contam apenas com uma presença cada nas pesquisas: a primeira no manifesto do SNP (2019), na qual está atrelada a defesa da autodeterminação dos povos no debate sobre o posicionamento que o governo do Reino Unido deveria possuir em relação à questão da Índia versus Paquistão no conflito da Caxemira; e a segunda no manifesto de 2015 do SGP, em que se encontra associada ao impulso que o partido verde se propõe a fazer à uma revolução na soberania alimentar local.

Apesar da incongruência entre a frequência das palavras-chave utilizadas pelos teóricos ao abordar o indicador “autodeterminação” e a frequência dessas palavras-chave nos manifestos analisados, identificou-se outros termos com similaridade de significado e associados ao conceito de autodeterminação. Esses termos foram obtidos através de uma análise de conteúdo dos textos nos trechos em que outras palavras estavam presentes, dentre elas: *voice*, *future*, *independence*, *referendum*, *interests*, *right to choose*, *right to determine*, entre outras. Através dessa análise, realizada pela busca de sinônimos e semelhanças entre palavras nos textos foi possível obter os seguintes resultados:

É possível observar, na primeira coluna da Tabela 3, alguns dos termos apontados no Tabela 2 (Palavras-chave associadas ao indicador Autodeterminação) provenientes do debate acadêmico. Na segunda coluna há palavras-chave que foram identificadas nos manifestos e que representam uma similitude de conceito ou ideias com as palavras da primeira coluna. A terceira coluna apresenta a quantidade de vezes em que esses termos aparecem no texto associados à ideia de um movimento independentista e atrelado ao sentido de autodeterminação. Observa-se então após feita essa análise que o número de vezes em que os termos estiveram presentes nos manifestos aumentaram significativamente em comparação aos resultados apresentados no Figura 1.

Isto posto, é possível constatar que através da análise de semelhança o indicador da literatura, “autodeterminação”, é encontrado em diferentes expressões e vocabulário de forma mais expressiva. Por conseguinte, é possível concluir que a autodeterminação está atrelada ao movimento independentista escocês conforme apresentado pelo debate acadêmico.

Tabela 3. Palavras-chave obtidas através da análise por similitude

	Palavras-chave	Frequência
Autonomy Free to make its own decisions Take back control	Own choice / Own decisions/ Own destiny / Own future / Own hands / Own interests / Own need	28
	Scotland's choice	2
	Scotland's future	22
	Scotland's hands	6
	Scotland's interests /	7
	Scottish interests	
	Scotland's voice	7
Legitimacy	Democracy	35
	Democratic	21
Right to decide	Right to choose	8
	Right to control	1
	Right to determine	1
	Right to hold	3
Separation	Independence	36
	Independent	21
Legitimacy	Referendum	27

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraído de Rohrer, Gilley e Price (2020), Swan e Cetrà (2021), McCorkindale e McHarg (2021), Hughes (2021), Sime (2020) e Rosie e Meer (2021).

6. Conclusão

À vista dos resultados apresentados, é possível inferir que não há uma convergência direta entre as palavras-chave apontadas pelos autores do debate acadêmico e àquelas presentes nos manifestos do SNP e do SGP. Contudo, ressalta-se que alguns termos dos manifestos possuem similaridade no significado, o que dá indícios que a hipótese estaria correta. Apesar da ressalva é possível identificar uma harmonia entre o indicador apontado no debate acadêmico e a sua presença nas pautas desses partidos pró-independência.

Durante a elaboração do trabalho foram constatadas algumas limitações no tocante à disponibilidade dos documentos, sendo elas: a falta de disponibilidades das transcrições das discussões parlamentares nos sites oficiais do governo escocês e britânico, e a escassa quantidade de documentos disponíveis no site oficial do *Scottish National Party*. Além disso, observou-se, no decorrer da pesquisa bibliográfica e da elaboração no quadro teórico a carência de estudos sobre o tema no campo das Relações Internacionais (RI). A maioria dos trabalhos encontrados localizavam-se nas áreas de Ciência Política e Economia.

O indicador “autodeterminação” é observado como princípio bastante citado nas Relações Internacionais, principalmente como conceito atrelado às ideias apresentadas nas teorias clássicas das RI. Esse princípio foi utilizado como argumento para o processo de descolonização dos países africanos que buscavam sua independência territorial dos Estados colonizadores. Como apontado na questão da Caxemira no manifesto do SNP de 2019 e também em outras situações, a autodeterminação é uma premissa defendida pelo partido nacionalista escocês desde sua fundação, cujo objetivo principal era lutar por uma Escócia independente do governo central britânico.

Isso posto, esse objeto de estudo possui um potencial de aproveitamento para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas à dissolução de blocos econômicos e movimentos sociais pró-independência na área de Relações Internacionais. Ademais, a questão do movimento independentista escocês promove reflexos no Reino Unido, principalmente na Irlanda do Norte e no País de Gales (em menor escala). Diante disso, observam-se outros caminhos para a continuidade desta pesquisa, levando em consideração a questão da Irlanda do Norte e o Protocolo das Irlandas, e os possíveis impactos políticos e econômicos gerados por uma dissolução do Reino Unido.

Pode-se considerar a possibilidade de um processo legal para um segundo referendo de independência em 2023 levando em conta os resultados locais para o Parlamento escocês em maio de 2021, dado que os partidos de vertente independentista (SNP e SGP) obtiveram maioria parlamentar. Tendo visto a consolidação do processo do BREXIT e a manutenção do SNP no governo escocês, em coalizão com os verdes, tem-se como expectativa uma busca por uma secessão com o governo central do Reino Unido através de uma consulta pública ao povo escocês. Como já abordado, este processo deve ser aprovado pelo Parlamento escocês e outorgado pelo Parlamento britânico.

Recebido em: 03/06/2023.

Aprovado em: 16/02/2024.

Referências

- Antunes, Sandrina. 2015. The Scottish Referendum 2014: The Political Process Before and After the “No” Vote. *JANUS.NET, Lisboa* 6 (2): 44–60.
- Bardin, Laurence. 2011. *Análise de conteúdo*. 70ª edição. São Paulo: Conteúdo.
- Beary, Brian. 2011. *Separatist movements: a global reference*. 1ª edição. Washington: CQ Press.
- Biazi, C. A. S. M. 2015. O princípio de autodeterminação dos povos dentro e fora do contexto da descolonização. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG* 67:181–212.
- Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. 1998. *Dicionário de Política*. 1ª edição. Brasília: Editora UnB.
- Camargo, B. V. e M. J. Justo. 2013. Tutorial para uso do software de análise textual: IRAMU-TEQ.
- Clarke, Harold D., Matthew Goodwin e Paul Whiteley. 2017. *Brexit: why Britain voted to leave the European Union*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dardanelli, Paolo e James Mitchell. 2014. An Independent Scotland? The Scottish National Party’s Bid for Independence and its Prospects. *The International Spectator, Roma* 49 (3): 88–105.
- Gawlewicz, A. 2020. Scotland’s different: narratives of Scotland’s distinctiveness in the post-Brexit-vote era. *Scottish Affairs* 20 (3): 321–335.
- Henriques, A. B. L., A. C. C. Leite e A. W. M. Teixeira. 2015. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.5233>, *Revista Debates* 9 (1): 09–23.
- Hughes, Kirsty. 2021. An independent Scotland in the European Union: is it realistic and is it a good idea? Em *Scotland’s new choice: Independence after Brexit*.
- López, María Álvarez e Ausrá Rakstelyte. 2021. Espaço Económico Europeu (EEE), Suíça e região setentrional. *Parlamento Europeu*.
- McCollum, D. 2020. Scotland and Brexit: identity, belonging and citizenship in uncertain times. *Scottish Affairs* 29 (3): 419–430.
- McCorkindale, Chris e Aileen McHarg. 2021. Constitutional pathways to a second independence referendum. Em *Scotland’s new choice: Independence after Brexit*.
- Moseley, Tom. 2016. The rise of the word Brexit.
- Party, Scottish Green. 2021. Edinburgh and West Lothian Greens.
- Pietka-Nykaza, E., M. S. Leith e C. Clark. 2020. Scotland and Brexit: citizenship, identity and belonging. *Scottish Affairs* 29 (3): 293–304.

- Rohrer, Sam, James Gilley e Nathan Price. 2020. The Quest for an Independent Scotland: The Impact of Culture, Economics, and International Relations Theory on Votes of Self-Determination. *The Journal of Economics and Politics* 25 (2): 1–16.
- Rosie, Michael e Nasar Meer. 2021. Identity and independence: how do Scots see themselves?
- Sime, Daniela. 2020. New Scots? Eastern European young people's feelings of belonging and national identity in Scotland post-Brexit. *Scottish Affairs* 29 (3): 336–353.
- SNP, Scottish National Party -. 2015. *Scotland's Future: Manifesto 2021*.
- . 2019. *Stronger for Scotland: Manifesto 2019*.
- Spring, Stacey Gorski. 2020. From radical to mainstream: a taxonomy of requirements for political party development based on the Scottish National Party 1934–2017, University of Boston.
- Stakelum, Brigid. 2020. Brexit and the future of Scotland. Mahurin Honors College Capstone Experience/Thesis Projects.
- Swan, Coree Brown e Daniel Cetrà. 2021. Referendum redux: Catalonia, Quebec and lessons for Scotland. Em *Scotland's new choice: Independence after Brexit*.
- União Europeia. 2021. Perfis dos Países.
- Vidmar, Jure. 2018. Brexit, Democracy, and Human Rights: The Law between Secession and Treaty Withdrawal. *Wisconsin International Law Journal* 35 (2): 425–456.